

# TRANSTORNOS ALIMENTARES SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO INTERSECCIONAL: REFLEXÕES PARA A SAÚDE MENTAL COLETIVA

*Eating disorders from an intersectional gender perspective: reflections for collective mental health*

Amanda Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Aline Megumi Arakawa Belaunde<sup>2</sup>

## RESUMO

Os transtornos alimentares são frequentemente compreendidos como condições individuais relacionadas ao comportamento alimentar e à imagem corporal. Este ensaio teórico amplia essa compreensão a partir de uma perspectiva de gênero interseccional, articulando contribuições da saúde mental coletiva e dos Determinantes Sociais da Saúde. Discute-se como gênero, raça e classe atravessam a produção do sofrimento psíquico relacionado à alimentação, evidenciando a influência das condições sociais e das desigualdades estruturais. Incorpora-se o debate sobre insegurança alimentar como fator relevante para compreender padrões alimentares desregulados em contextos de vulnerabilidade. Argumenta-se que abordagens centradas apenas no indivíduo podem reforçar processos medicalizantes, sendo necessária uma leitura que articule saúde mental, equidade e políticas públicas.

**Palavras-chave:** transtornos alimentares; determinantes sociais da saúde; interseccionalidade.

## Introdução

Os transtornos alimentares são frequentemente abordados pela literatura biomédica como condições clínicas centradas em alterações de apetite e comportamento alimentar, envolvendo, por vezes, explicações de base genética, neurológica ou comportamental. No entanto, uma análise sociocultural mais aprofundada permite perceber que essas manifestações não estão dissociadas do contexto em que os sujeitos vivem e das violências às quais estão expostos.

Questões como a construção social dos corpos, as expectativas normativas de gênero e os efeitos das desigualdades estruturais precisam ser consideradas para uma compreensão mais ampla desses transtornos. A maior prevalência entre

---

<sup>1</sup> Psicóloga Clínica. Mestra em Saúde Mental e Atenção Psicossocial – UFSC (psi.amandaferreiradasilva@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (arakawa.aline@ufsc.br)

mulheres, especialmente durante a adolescência e juventude, sinaliza que o sofrimento psíquico relacionado à alimentação e à imagem corporal está diretamente conectado às formas como o feminino é produzido socialmente, atravessado por ideais estéticos, disciplinamento dos corpos e exigências de desempenho (Pinheiro et al., 2005).

### **Transtornos alimentares e interseccionalidade**

A perspectiva da interseccionalidade, cunhada por Kimberlé Crenshaw e desenvolvida por autoras como Carla Akotirene (2018), permite expandir esse debate ao reconhecer que gênero, raça e classe não operam de forma isolada, mas se entrelaçam na produção de desigualdades e de experiências singulares de sofrimento. Assim, torna-se necessário reconhecer que o impacto das pressões estéticas, da cultura do controle alimentar e da medicalização da fome se manifesta de forma distinta em corpos que ocupam diferentes lugares sociais.

Mulheres negras, por exemplo, são historicamente sub-representadas nas discussões sobre transtornos alimentares, além de também sofrerem os efeitos do racismo estético, da hipersexualização e da desumanização de seus corpos.

A literatura que discute a relação entre saúde mental e desigualdades aponta que o sofrimento psíquico está diretamente ligado às condições materiais e simbólicas de existência. A precariedade habitacional, o trabalho informal, o desemprego, a falta de acesso à saúde e à educação e a violência estrutural são fatores que contribuem para o adoecimento mental e para o desenvolvimento de sintomas que, muitas vezes, se expressam por meio da alimentação. A fome, o comer compulsivo, a restrição alimentar severa e o sentimento constante de inadequação em relação ao corpo podem ser compreendidos como respostas subjetivas a condições de vida marcadas por violência, exclusão e desamparo.

Medeiros e Zanello (2018) chamam a atenção para o risco de que mulheres em sofrimento sejam apenas medicalizadas e silenciadas pelo sistema de saúde, sem que as causas estruturais de seu adoecimento sejam de fato escutadas e enfrentadas.

### **Determinantes sociais da saúde na compreensão dos transtornos alimentares**

Essa compreensão dialoga com o referencial dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS), que propõe analisar o processo saúde-doença a partir das condições sociais, econômicas e políticas que moldam as possibilidades de viver e adoecer. Segundo Buss e Pellegrini Filho (2007), os DSS incluem fatores como renda, escolaridade, gênero, raça, acesso a direitos sociais e participação social, sendo fundamentais para compreender as iniquidades em saúde. Nessa perspectiva, os transtornos alimentares deixam de ser entendidos exclusivamente como fenômenos individuais e passam a ser reconhecidos como expressões corporificadas de desigualdades sociais historicamente produzidas.

Estudos recentes apontam que condições de vulnerabilidade social influenciam diretamente a relação com a alimentação, evidenciando que experiências de privação material e insegurança social podem impactar a saúde mental e os padrões alimentares. A análise de fatores associados ao transtorno de compulsão alimentar em mulheres demonstra que episódios de perda de controle alimentar estão frequentemente relacionados a contextos de exclusão social, estigmatização e fragilidade das redes de proteção social (Silva, 2025).

Nesse cenário, a insegurança alimentar emerge como elemento central para ampliar a compreensão dos transtornos alimentares. Diferentemente da concepção tradicional que associa tais transtornos apenas à abundância alimentar ou à busca estética, pesquisas indicam que a instabilidade no acesso à comida pode produzir ciclos de escassez e abundância que favorecem padrões alimentares desregulados.

Mulheres que vivenciam simultaneamente compulsão alimentar e insegurança alimentar apresentam maiores níveis de sofrimento psíquico, sintomas depressivos e pior qualidade de vida quando comparadas àquelas sem privação alimentar (Kilpela et al., 2025). Assim, episódios de comer compulsivo podem ser compreendidos, em determinados contextos, como respostas adaptativas a ambientes marcados pela incerteza alimentar e pela privação.

Ao centrar a análise nos corpos que adoecem, corre-se o risco de individualizar um problema que é, antes de tudo, social. O corpo feminino, em especial, torna-se um campo de disputa simbólica e política, alvo de normas de conduta, aparência e controle. A exigência por magreza, juventude e autocontrole não é apenas uma questão de estética, mas se configura como dispositivo de poder que atua na constituição da subjetividade. Nesse sentido, os transtornos alimentares

podem ser compreendidos como sintomas sociais, que expressam os modos como determinadas subjetividades são violentadas, reprimidas ou invisibilizadas.

### **Considerações finais**

Pensar em políticas públicas a partir da interseccionalidade é, portanto, um imperativo ético. Como afirma Ortiz (2013), essa perspectiva teórico-metodológica permite ampliar o olhar sobre as desigualdades, evitando a essencialização das diferenças e promovendo abordagens que levem em conta as articulações complexas entre marcadores sociais. No campo da saúde mental, isso implica em construir redes de cuidado que sejam capazes de acolher os sujeitos em sua pluralidade, reconhecendo as violências que atravessam seus modos de viver e de adoecer.

A compreensão dos transtornos alimentares como fenômenos complexos e atravessados por relações de poder demanda que os serviços de saúde mental se posicionem criticamente diante das práticas medicalizantes e individualizantes. Em vez de buscar “normalizar” comportamentos alimentares ou corpos, é necessário interrogar as normas que definem o que é considerado saudável ou patológico.

Nesse processo, é fundamental valorizar o saber dos usuários, das comunidades e das experiências singulares de sofrimento, bem como reconhecer as estratégias de resistência e cuidado que emergem nos territórios. Em síntese, ao adotar uma perspectiva de gênero interseccional para pensar os transtornos alimentares, desloca-se o foco do corpo como problema para o corpo como território político. Essa mudança de paradigma permite articular saúde mental, justiça social e equidade, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às diferentes formas de sofrimento e mais comprometidas com a vida em sua diversidade. O cuidado em saúde mental, para ser efetivo, precisa compreender os sujeitos em sua historicidade, contexto e relações, construindo práticas que não apenas tratam sintomas, mas também enfrentam as causas do adoecimento.

### **REFERÊNCIAS**

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidades*. São Paulo: Pólen Livros, 2018.  
BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n.

1, p. 77–93, 2007.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

KILPELA, L. S. et al. The additive psychosocial effects of binge eating and food insecurity among midlife and older women. *Nutrients*, v. 17, n. 4, p. 730, 2025.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 451-467, 2008.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 384-403, 2018.

ORTIZ, Marília. Desvendando sentidos e usos para a perspectiva de interseccionalidade nas políticas públicas brasileiras. In: *FAZENDO GÊNERO – DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS*, 10., 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos, p. 1-15.

PINHEIRO, Andrea P. et al. Transtornos alimentares e imagem corporal: um estudo com adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 227-232, 2005.

SILVA, Amanda Ferreira da. *Transtorno da compulsão alimentar em mulheres: uma revisão integrativa dos fatores de risco e proteção relacionados à saúde mental*. 2025. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.